

A publicação deste dossiê tem por objetivo apresentar, no Brasil, parte dos resultados de uma pesquisa de caráter comparativo internacional que vem sendo desenvolvida desde 2005 em quatro países (Brasil, França, Romênia e Suécia), estando sediada na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris), sob coordenação geral de Monique de Saint Martin. No Brasil, esta pesquisa ficou sob a responsabilidade do grupo de pesquisa FOCUS, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob coordenação de Ana Maria F. Almeida, e no Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob coordenação de Maria Alice Nogueira.¹

A pesquisa teve como objetivo explorar a idéia de que os índices de desigualdade social exibidos pelos números frios das estatísticas expressam relações complexas e multidimensionais entre os grupos sociais que, nas suas relações cotidianas, constroem e operam “fronteiras” subjetivas e objetivas, concretizando tal desigualdade. Por meio da noção de “fronteira”, introduzimos a nossa pesquisa numa longa linhagem de reflexões sobre a diferença e a separação e sua associação com os processos de dominação que, como lembram Michèle Lamont e Virag Mólnar (2000), permeiam, por exemplo, a obra de Durkheim, quando este define o sagrado por oposição ao profano, em *As formas elementares da vida religiosa*, a obra de Marx, principalmente no *18 Brumário*, quando discute a dinâmica das fronteiras entre as classes sociais, e em Weber, nas suas análises sobre os grupos étnicos e de status presentes em *Economia e sociedade*.

1. Entre 2005 e 2007, a equipe de pesquisadores do FOCUS/UNICAMP envolvida com essa pesquisa foi constituída por Graziela Serroni Perosa, Kimi Tomizaki, Sílvia Rocha Librandi, Sueli Presta, Adriana Carnielli, Juliana Miraldi, além da coordenadora. Esse braço da pesquisa contou com recursos do CNPq, no quadro do Edital Instituto do Milênio, projeto “As dimensões sociais da desigualdade”. A equipe de pesquisadores do OSFE/UFMG envolvida com essa pesquisa foi constituída por Andréia Aguiar, Viviane Ramos, além da coordenadora.

Nosso grupo, por sua vez, fortemente inspirado por Norbert Elias e marcado pela multidisciplinaridade, procurou focalizar principalmente a articulação entre fronteiras simbólicas e fronteiras sociais, indagando sobre a maneira como as fronteiras são produzidas e como funcionam nas relações sociais.

Os artigos que compõem esse dossiê enfrentam um duplo desafio. Por um lado, eles operacionalizam a noção de fronteira para dar conta dos processos de classificação e hierarquização que os diferentes grupos sociais desenvolvem nas suas interações cotidianas, muitas vezes associados a processos de monopolização de bens simbólicos e materiais. Eles apresentam, assim, uma cartografia das atribuições de sentido negativo ou positivo pelos diferentes grupos, em diferentes esferas de ação social, distinguindo o que é considerado como possível ou impossível, desejável ou indesejável, ou seja, formas de se definir o estar no mundo, formas de se definir o perigo, o tabu, a pureza, o risco, para empregar a formulação utilizada por Mary Douglas.

Por outro lado, os artigos procuram ir além dessa cartografia e revelar também os processos pelos quais essas percepções são construídas. Partimos, então, da noção de “experiência educativa” para problematizar a clássica noção de socialização, com a firme intenção de introduzir na análise dos processos de transmissão intergeracional, para além da dimensão da inculcação (de valores, pontos de vista etc.), o significado que os atores sociais constroem acerca dessas relações, efeito das negociações que as novas gerações, expostas a múltiplas influências muitas vezes contraditórias, propõem e impõem aos mais velhos nos diferentes espaços em que se encontram, no seio da família, da instituição escolar, das igrejas, entre outros.

Nos artigos que integram o dossiê, resultado de pesquisas realizadas no Brasil e na França, tais questões são tratadas a partir de aspectos corriqueiros, mas fundamentais da existência, discutidos à luz de um conjunto de informações obtidas por meio de uma imersão prolongada no contato com famílias de grupos sociais diversos, concretizada por entrevistas e observações de tipo etnográfico.

Entre os resultados desta pesquisa que merecem ser sublinhados encontra-se a importância do tempo, que aparece nos diferentes contextos nacionais como um dos elementos fundamentais a ser levado em consideração nos processos de construção das percepções que orientam as

decisões e concretizam a separação entre grupos de indivíduos. Levar em conta o tempo significa, mais especificamente, examinar as transformações experimentadas pelos indivíduos nas suas condições de existência ao longo de sua história. A produtividade desta perspectiva é bem demonstrada por Lucette Labache e Monique de Saint Martin, quando examinam o trabalho ativo de produção de fronteiras ao longo de curso de vida de indivíduos oriundos dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade francesa. Essa perspectiva diacrônica é o que lhes permite notar a associação entre experiências de ruptura e de mudança e o surgimento de uma disposição a assumir riscos e a tomar as fronteiras simbólicas como algo nem natural nem automático, mas como algo passível de ser reconstruído e reinventado. O fato de que essa maior disposição ao risco e à desnaturalização das fronteiras esteja mais presente entre os indivíduos mais escolarizados nos leva a documentar ainda uma vez as implicações relativas ao fato da escola representar, pelo menos para alguns grupos, a própria experiência da ruptura e da mudança.

Esse artigo mostra também que as referências que concretizam as fronteiras simbólicas não se definem num vácuo, mas, ao contrário, são ancoradas fortemente num espaço social específico que se define por sua geografia e é marcado pelas fronteiras nacionais. É isso o que nos faz compreender, a partir do artigo de Maria Alice Nogueira, Andréia Aguiar e Viviane Ramos, que a busca por meios para internacionalizar as experiências educacionais dos filhos, pelas famílias dos meios mais favorecidos, é parte de uma estratégia de distinção que tem como motor as competições vivenciadas no espaço nacional, antes de se constituir como uma negação do nacional.

Essa articulação fina entre projetos familiares e construção dos percursos educacionais mais ou menos vinculados à escola é captada, no artigo de Mihai Gheorghiu, Pascale Gruson e Judit Vari, a partir de um estudo sobre as diferenças que separam a educação recebida e a educação dada em famílias dos grupos médios e intermediários que habitam a região parisiense. Os autores mostram que as relações estabelecidas ao longo do tempo entre educação familiar e educação escolar, assim como os valores reconhecidos como tendo garantido uma mobilidade bem sucedida das famílias contribuem para a constituição de vocações familiares e educativas. Eles registram, assim, o protagonismo assumido pelas famílias na produção de fronteiras éticas que guiam as trocas intergeracionais e as perspectivas de mobilidade, sublinhando as transformações ocorridas

no papel desempenhado pelas mulheres no interior das famílias e também nos estilos educativos, com o declínio das relações autoritárias e sua transformação em constrangimentos morais.

Trata-se de um protagonismo familiar que é documentado também por Sueli Presta e Ana Maria F. Almeida no exame das disposições quanto ao futuro expressas por adolescentes de grupos médios e populares, evidenciando o quanto a história da família e o conjunto dos patrimônios, simbólicos e materiais, que esta pode amear ao longo do tempo contribuem para concretizar espaços de possibilidades que, percebidos como fronteiras, orientam os investimentos individuais e coletivos. As autoras notam, no entanto, que não se trata de um protagonismo sem concorrência, já que o grau de autonomia assumido pela escola contemporânea na sociedade brasileira permite a esta funcionar tanto para os grupos mais privilegiados, quanto para os menos, como um corretor de destinos, impondo obstáculos e abrindo alternativas que vão de encontro à lógica familiar.

Nesse quadro, nada mais oportuno, portanto, do que encerrar nosso dossiê com um artigo que examina justamente o funcionamento da escola brasileira contemporânea. Sílvia Librandi Rocha e Graziela Perosa oferecem aqui uma incursão pelos meandros das determinações que fundamentam a ordem escolar. Apoiando-se numa perspectiva comparada que lhes permite contrapor as experiências construídas no interior de uma escola pública e outra privada, que atendem grupos sociais diferentes, elas são capazes de revelar as intrincadas relações que se estabelecem entre as condições objetivas de organização das escolas e o clima subjetivo que dá significado às experiências escolares concretas vivenciadas pelos alunos, estimulando-os a conformar-se ou a transgredir as fronteiras sociais que fundamentam as desigualdades em nosso país.

Ana Maria F. Almeida
(Organizadora)